

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 15

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS: veja quem recebe aposentadorias e pensões referentes a setembro nesta sexta-feira** .....3

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Receita paga hoje restituições do último lote do IR 2022** ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS começa pente-fino nos benefícios e cortará auxílio** ..... 5

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Prova de vida do INSS: o que você precisa fazer neste ano e em 2023?** .....7

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**INSS INCLUI DUAS DOENÇAS PARA BENEFÍCIO SEM CARÊNCIA** ..... 8

RIO PRETO NEWS - SP  
ANFIP

**Aposentados, pensionistas e toda a população são prejudicados pela falta de revisão da tabela do IR** .....9

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Grana para aposentados** ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Rombo deR\$ 50 bi** .....11

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Crédito deve crescer 14,2% no ano** ..... 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

**MP do Auxílio Brasil e consignado prorrogada** .....13

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Promessas populistas? Temos, mas e a Reforma Tributária? (Artigo)** .....14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Arrecadação de ICMS cai em agosto com redução de alíquotas e comércio fraco** ..... 15

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA  
ECONOMIA

**As vésperas das eleições, parlamentares buscam garantir verbas do orçamento secreto** ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corte de juros em junho de 2023 é compatível com objetivo de levar IPCA para meta, diz BC ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Emprego formal cresce acima do esperado ..... 20

# INSS: veja quem recebe aposentadorias e pensões referentes a setembro nesta sexta-feira

*Por Renata Baptista, g1*

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) paga, nesta sexta-feira (30), os benefícios referentes ao mês de setembro a aposentados e pensionistas que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 5.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Os pagamentos tiveram início nesta segunda-feira (26). Aposentados e pensionistas que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 1, 2, 3 e 4 já receberam os valores.

O pagamento dos benefícios referentes a setembro será feito até o dia 7 de outubro, de acordo com o calendário abaixo:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087. Veja calendário de benefícios. Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, existem mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas

informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/30/inss-veja-quem-recebe-aposentadorias-e-pensoes-referentes-a-setembro-nesta-sexta-feira.ghtml>

# Receita paga hoje restituições do último lote do IR 2022

IMPOSTO DE RENDA Cerca de 1 milhão e 220 mil contribuintes recebem hoje os valores referentes ao quinto e último lote da restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física. Serão pagos R\$ 1,9 bilhão. O dinheiro vai para a conta informada no momento da declaração. O lote contempla também as restituições residuais de anos anteriores.

Caso o crédito não seja realizado - por exemplo, se a conta informada estiver desativada - os valores permanecem disponíveis para o resgate por até um ano. Se o resgate não for realizado depois de um ano, ele poderá ser solicitado pelo Portal e-CAC, no site da **Receita Federal**.

Entre março e setembro, a Receita recebeu 38 milhões de declarações do ano-base 2021. Entretanto, mais de 1 milhão delas, cerca de 2,7% do total, ficaram presas na malha fina. Os principais motivos foram: omissão de rendimentos sujeitos ao ajuste anual e problemas na declaração de despesas médicas.

**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# INSS começa pente-fino nos benefícios e cortará auxílio

**Cristiane Gercina**

MERCADO Cristiane Gercina são paulo O Ministério do Trabalho e **Previdência Social** prepara novo pente-fino nos benefícios por incapacidade pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), o que inclui auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

A revisão, que consta em portaria publicada no Diário Oficial da União no último dia 22, poderá ser feita também nas demais aposentadorias e no BPC (Benefício de Prestação Continuada), além de outros benefícios previdenciários, assistenciais, trabalhistas e até tributários, embora o documento não detalhe quais são eles.

Devem ser revisados auxílios e aposentadorias por invalidez que não passam por perícia há mais de seis meses, não têm alta programada nem indicação de reabilitação ao segurado. No caso do BPC, o pente-fino vai se concentrar nos que não são revisados há mais de dois anos.

O BPC é pago a idosos e pessoas com deficiência carentes, com renda mínima por pessoa da família de até um quarto do salário mínimo (R\$ 303 hoje). Para receber o benefício, é preciso estar inscrito no CadÚnico (Cadastro Único).

A idade do segurado e o tempo em que está recebendo o benefício também serão considerados para a convocação. Quanto mais novo for o beneficiário, mais chances tem de ser chamado. No caso do tempo de manutenção, quanto mais antigo foro benefício, mas chances há de passar por revisão.

O programa de revisão terá validade de até 180 dias.

Não foi informado como os segurados serão convocados, mas quem recebe o aviso do **INSS** para passar por revisão deve agendar a perícia. Caso não faça isso no prazo estipulado, tem o benefício cortado.

Atualmente, a fila da perícia médica do instituto está em cerca de 1 milhão de agendamentos. O acúmulo se deve à pandemia, quando as agências ficaram fechadas por sete meses, a greves de servidos -res e peritos médicos e falta de servidores.

Os peritos que optarem por participar do programa

poderão receber cerca de R\$ 62 por perícia, segundo a ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos). Será possível fazer até 15 perícias extras por dia de trabalho.

Quando houver mutirão, no entanto, o médico poderá realizar até 30 perícias de revisão em um único dia, o que pode lhe render um acréscimo de R\$ 1.860 no salário. A participação no programa de revisão, no entanto, é facultativa. A Previdência tem hoje cerca de 3.500 peritos.

Segundo o vice-presidente da ANMR a categoria está de acordo com o pente-fino, especialmente porque trata-se de um programa em que se pode optar por participar ou não. "A gente está de acordo porque, agora, ele será optativo. O perito que se achar apto a fazer o pente-fino vai se cadastrar e realizar", afirma.

A Previdência e o **INSS** ainda não definiram como será feita a convocação dos segurados para a revisão de benefícios. No entanto, o beneficiário que for convocado deverá apresentar documentos que comprovem o direito à renda.

Além dos documentos pessoais, é preciso ter laudos médicos e exames que provem a doença, acidente ou incapacidade. O laudo médico deve ser assinado por profissional com registro no CRM (Conselho Regional de Medicina).

Caso a doença tenha se agravado, é necessário levar exames, receitas e laudos comprovando o avanço, para garantir que o benefício não seja cortado.

O advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, afirma que os seguradores precisam ficar atentos, por se tratar de um pente-fino muito abrangente, cujas regras ainda não estão tão claras. Para ele, é necessário que se esclareça quais são os benefícios trabalhistas e tributários que entram mira da Previdência.

Embora a revisão esteja aprovada, ainda deverá haver a publicação de instrução normativa com orientações aos segurados.

Em 2019, logo após assumir a Presidência, o presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou uma medida provisória implantando um pente-fino nos benefícios

por incapacidade e também no BPC.

O foco, na época, era cortar R\$ 9,8 bilhões em benefícios pagos de forma indevida. Estavam na mira 5,5 milhões de aposentadoria e auxílios e 2,5 milhões de Benefícios de Prestação Continuada.

Mais doenças entram na lista para receber auxílio sem carência são paulo O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) está ampliando a lista de doenças que dão direito ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez sem que seja necessário cumprir a carência mínima de 12 meses de contribuições para ter o benefício.

A partir de 3 de outubro, mais duas enfermidades passam a integrar o rol das que dão benefício mesmo sem o segurado ter feito o pagamento mínimo de 12 contribuições. As doenças são acidente vascular encefálico (agudo) e abdome agudo cirúrgico.

Elas estão em portaria conjunta dos ministérios do Trabalho e Previdência e da Saúde, publicada no Diário Oficial da União em 1º de setembro e se somam a 15 outras já existentes em lei (veja a lista completa ao lado).

Com a inclusão, o trabalhador que for acometido por qualquer uma delas pode ter o benefício por incapacidade a qualquer momento. Neste caso, no entanto, precisará ter laudo médico que comprove a doença, assim como atestado de afastamento e receituário.

O atestado deve conter a CID (Classificação Internacional de Doenças), além de assinatura e carimbo médico, com registro no CRM (Conselho Regional de Medicina). Também é necessário que esteja legível, sem rasuras.

Para o advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, a medida amplia a proteção social "Quando se amplia a lista de doenças graves que não necessitam de carência, maior proteção social você traz para o segurado no momento em que ele mais precisa, que é quando está doente." Por lei, o profissional que fica incapacitado para o trabalho, seja autônomo ou com carteira assinada, só conquista o direito ao auxílio-doença ou à aposentadoria por invalidez após fazer 12 pagamentos ao **INSS** após sua filiação.

Há, no entanto, três situações que permitem conseguir o benefício sem a carência mínima: quando sofre um acidente, quando é vítima de uma doença ocupacional ou quando é acometido por uma das enfermidades da lista.

A lista de doenças foi atualizada para, segundo técnicos do **INSS**, suprir uma lacuna na legislação. Por regra, a cada três anos, o artigo 151 da lei 8.213/91, que traz a lista de doenças, pode ser revisto para a inclusão de enfermidades, caso seja necessário. Porém, isso só ocorre após estudos.

A regra só vale para quem passa a ter a doença após se filiar ao **INSS**. Se ela era preexistente, não há direito ao benefício sem carência. Nestes casos, além de cumprir o período mínimo de 12 meses, o segurado terá de provar que houve evolução do quadro preexistente para poder ter o benefício.

O segurado que está doente deve agendar uma perícia médica e o perito é quem vai decidir se ele tem direito e se receberá o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) ou a aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

Atualmente, o **INSS** libera o auxílio-doença sem a necessidade de perícia presencial, com análise do atestado médico e outros exames. O pedido só pode ser feito pelo aplicativo ou site Meu **INSS**.

A perícia a distância ocorre, em geral, nos locais onde a agenda de exames está muito lotada. O auxílio só é liberado para casos em que o afastamento é de até 90 dias. Segundo o **INSS**, o segurado deve acessar o site, fazer o pedido e, se for o caso, será avisado que é necessário marcar um exame médico presencial.

As regras que limitam esse tipo de atendimento foram definidas com o objetivo de evitar fraudes.

**Sítio:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50050>

# Prova de vida do INSS: o que você precisa fazer neste ano e em 2023?

## Do UOL

A obrigatoriedade da prova de vida está suspensa para aposentados, pensionistas e demais beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) até 31 de dezembro de 2022.

Quem não fez a prova de vida a partir de fevereiro deste ano, quando o governo federal tirou a obrigatoriedade, não terá o pagamento suspenso.

Por mais que seja opcional, o aplicativo Meu **INSS** e os terminais de autoatendimento dos bancos seguem ativos caso os segurados desejem fazê-la. No entanto, o **INSS** destaca que o segurado não precisa mais sair de casa para fazer a prova de vida.

Segundo o governo, 36 milhões de pessoas foram impactadas com a decisão, das quais 5 milhões têm mais de 80 anos.

A prova de vida é feita uma vez por ano por bancos com a finalidade de impedir fraudes e garantir o pagamento dos benefícios sem interrupções.

Como fica a prova de vida em 2023? Vale destacar que a situação será diferente a partir de janeiro do ano que vem, quando o **INSS** será responsável por fazer a prova de vida dos segurados.

O órgão promete realizar de maneira proativa um cruzamento de informações na base de dados da instituição ou de órgãos governamentais. O que poderá servir como prova de vida a partir do ano que vem:

E se o beneficiário não tiver essas movimentações nos dados federais? Quando não for possível essa comprovação de vida, o beneficiário será notificado, no mês anterior ao de seu aniversário, sobre a necessidade de realização da prova de vida, preferencialmente, por meio eletrônico.

O que é prova de vida do **INSS**? A prova de vida é um procedimento obrigatório para o segurado do **INSS** comprovar que está vivo e continuar a receber benefícios.

Até então, o titular precisava comparecer presencialmente ao banco responsável pelo

pagamento do benefício e para fazer a prova de vida por meio de biometria nos caixas eletrônicos ou no atendimento pessoal das agências, apresentando o cartão de débito e um documento com foto. Isso, agora, passa a ser opcional.

O governo já havia implementado outras medidas para facilitar a comprovação. Uma delas era que idosos a partir de 80 anos ou pessoas com dificuldade de locomoção podiam pedir visita em domicílio, mediante agendamento.

Quem tinha biometria facial cadastrada no Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) ou no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também já podia fazer a prova de vida de forma eletrônica, no app Meu **INSS**.

Em caso de dúvidas, o que fazer? O segurado pode ligar para a central de atendimento 135. O serviço está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h (horário de Brasília).

## Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/30/o-que-fazer-prova-de-vida-inss-2023.htm>

# INSS INCLUI DUAS DOENÇAS PARA BENEFÍCIO SEM CARÊNCIA

G1

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ampliou a lista de doenças que dão direito ao auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e à aposentadoria por invalidez - também chamada de benefício por incapacidade permanente - sem que seja necessário cumprir a carência mínima de 12 meses de contribuições para ter o benefício.

A partir da próxima segunda-feira (3), acidente vascular encefálico (agudo) e abdome agudo cirúrgico passam a integrar o rol das enfermidades que dão benefício mesmo sem que o segurado tenha feito o pagamento mínimo de 12 contribuições.

Com isso, o trabalhador que for acometido por qualquer uma destas doenças pode ter o benefício por incapacidade desde que apresente laudo médico que comprove a doença, assim como atestado de afastamento e receituário.

O auxílio-doença, que passou a se chamar benefício por incapacidade temporária, é pago para pessoas que estejam incapazes de trabalhar por mais de 15 dias de forma provisória e não permanente, ou seja, com prazo certo de recuperação.

Já o benefício por invalidez é dado aos trabalhadores que fiquem permanentemente incapacitados para o trabalho, impedindo de exercer suas funções.

**Site:** <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=5822>

# Aposentados, pensionistas e toda a população são prejudicados pela falta de revisão da tabela do IR

**SALA DA NOTÍCIA Lucas Pinheiro do Amaral**

A pergunta que não quer calar: o que o governo está aguardando para a revisão da tabela do Imposto de Renda? Promessa de campanha, caiu no esquecimento. Enquanto isso, todos são prejudicados, sejam aposentados, pensionistas e assalariados de todas as carreiras - sejam públicas ou privadas.

Não descansaremos nem esqueceremos deste tema. A tabela do Imposto de Renda não é revisada desde 2015 e isso prejudica toda a sociedade que paga **impostos**. Importante ressaltar que a falta de revisão da tabela do IR vai diminuindo o poder de compra dos salários, cada vez mais corroídos pela **inflação**. Em outras palavras: a cada ano recebemos menos em termos reais. É um absurdo!

De acordo com o levantamento da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)** de 1996 a junho de 2022, a defasagem acumulada da tabela do IR das pessoas físicas é de 147,4% . No começo do ano, estava em 134,5%.

Na contramão, o número de declarações de IR recebidas em 2022 pela **Receita Federal** atingiu 36,3 milhões, novo recorde histórico, superando em 2,154 milhões unidades o montante do ano passado. O crescimento é de 6,3%. Ou seja: é mais recursos para os cofres públicos. E menos devolução para os pagadores de **tributos**.

Atualmente, o limite de isenção está em R\$ 28.559,70. Ou sejam, quem recebe acima desse valor tem de recolher para o Leão. Atualização da tabela do IR já. Esse direito dos brasileiros não pode ser esquecido, Menos promessas e mais ação e respeito à população trabalhadora.

**Site: <https://rpnews.com.br/noticia/50474/aposentados-pensionistas-e-toda-a-populacao-sao-prejudicados-pela-falta-de-revisao-da-tabela-do-ir>**

# Grana para aposentados

**Anderson Rocha**

Valor corresponde à revisão de benefícios como aposentadorias, auxílios-doença e pensões de quem acionou a Justiça

Quase 42 mil pessoas de Minas e de outros 12 Estados, além do Distrito Federal, na área de abrangência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), estão entre os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que tiveram direito à concessão ou revisão de benefícios previdenciários ou assistenciais. O número específico de Minas não foi informado pelo **INSS**.

Essas pessoas receberão o montante de cerca de R\$ 719 milhões, voltados para reclamantes cujo processo seja de até 60 salários mínimos e com data para agosto. Na prática, o dinheiro é exclusivo para segurados que processaram o **INSS** e ganharam ação na Justiça para revisão de aposentadoria; pensão por morte; auxílio-doença; e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No Brasil, incluindo todos os Estados, a soma dos processos chega a R\$ 2,09 bilhões, sendo R\$ 1,73 bilhão referentes especificamente a matérias previdenciárias e assistenciais.

Conforme o **INSS**, para receber o dinheiro, é preciso que a ação tenha chegado ao fim (sem possibilidade de recurso). A data do depósito em Minas depende do cronograma do TRF-1.

Como explica Maria Machado Costa, presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM-Brasil), organização de entidades brasileiras para a defesa dos direitos de aposentados e pensionistas, o segurado que entrou com processo contra o **INSS** e está em dúvida se foi contemplado deve procurar o advogado do caso, já que a fatia liberada é voltada para processos específicos.

Outra maneira de se informar é por meio de consulta ao site do TRF-1: portal.

trf1.jus.br. Maria lembra, porém, que pessoas que pretendem entrar com ação contra o **INSS**, naturalmente, não serão beneficiadas na liberação corrente.

No Brasil, segundo o advogado previdenciário Otávio Augusto Tomé da Silva, a média de duração de um processo de revisão de **seguridade social** é de um ano e meio, quando feita na Justiça.

"Se for via **INSS**, de forma administrativa, demora em média dois anos e meio", informou.

Entidade alerta para redobrar o cuidado com golpe

Após o anúncio da liberação do dinheiro, Maria Machado Costa, presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM-Brasil) há 16 anos, pede cautela aos aposentados. Isso porque, segundo ela, muitas pessoas podem achar que têm direito à liberação e, por isso, fazer dívidas ou mesmo se tornar vítimas de golpes.

"Infelizmente, não é para todo mundo essa liberação. Até quem está com ação na Justiça precisa de atenção, pois há processos até mais antigos do que esse que foi julgado e que não estão contemplados. Então é importante ficar atento. Senão, gasta sem saber se tem realmente algo a receber", disse Maria, lembrando ainda os golpes em que escritórios de advocacia enviam cartas falando que o aposentado tem algo a receber, quando, de fato, não tem.

MAIOR RÉU

Do total de ações na Justiça Federal, 22,3% são referentes a processos contra o **INSS**, como contribuição não computada em meio urbano ou rural, por ambientes insalubres ou de periculosidade.

"É o maior réu do país", relatou Otávio Augusto Tomé da Silva, advogado previdenciário.

Liberação.

Dinheiro foi aprovado em agosto, e liberação divulgada, no fim de setembro. Ao todo, 197.839 beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no país receberão o valor.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/2/edicoes/16928>

REVISÃO NO PAÍS DEMORA

## Rombo de R\$ 50 bi

O rombo das contas públicas deu um saldo em agosto e somou R\$ 50 bilhões, uma alta de 406,7%, em termos reais (descontada a inflação), na comparação com o mesmo mês de 2021. O deficit contraria as afirmações oficiais de que as contas estão equilibradas e sinaliza que o governo segue gastando mais do que arrecadada - apesar dos números recordes no recolhimento de impostos - nas vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais, nas quais o presidente Jair Bolsonaro tenta a reeleição.

O dado é o pior resultado das contas do governo central - que inclui Tesouro, Banco Central e Previdência Social - para os meses de agosto desde 2020, ano em que estourou a pandemia da covid-19 e todos os governos foram obrigados a aumentar gastos para combater os efeitos econômicos do novo coronavírus.

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, minimizou a piora no dado mensal, afirmando que o aumento do deficit se deveu ao encontro de contas de uma dívida da prefeitura de São Paulo em troca da transferência do Campo de Marte para a União, que foi contabilizada no mês passado. A operação, avaliada em R\$ 23,9 bilhões, explica quase metade do rombo fiscal de agosto. "Na prática, apesar de ter impacto no resultado primário, não tem impacto na dívida pública", disse Valle.

Contudo, as despesas estão crescendo em ritmo mais acelerado do que a receita, em um claro descompasso no controle das contas públicas. Enquanto a receita líquida cresceu 8% na comparação com agosto de 2021, para R\$ 139 bilhões, as despesas saltaram 36,4% no mesmo período, somando R\$ 189 bilhões.

### Dividendos

Apesar de técnicos do governo tentarem argumentar que o aumento da receita total foi disseminado, duas fontes de arrecadação - dividendos de estatais e concessões - foram responsáveis por R\$ 9,3 bilhões, dos R\$ 15,2 bilhões de incremento da receita de agosto em relação ao mesmo período de 2021. Ou seja, apenas essas duas fontes de receita não recorrentes responderam por 61% do aumento da arrecadação no mês passado.

Essa mesma tendência se reflete nos dados da arrecadação total do governo central no acumulado em 12 meses até agosto, que somou R\$ 2,3 trilhões - novo recorde histórico segundo dados do Tesouro -

pois R\$ 1,39 trilhão (60%) foi proveniente de receitas não administradas pela Receita Federal.

No acumulado do ano, o resultado primário do governo central ainda ficou positivo em R\$ 22,1 bilhões, revertendo o rombo de R\$ 82,2 bilhões contabilizado no mesmo período de 2021. (RH)

# Crédito deve crescer 14,2% no ano

**ANDREIA VERDÉLIO Agência Brasil, Brasília**

O Banco Central (BC) prevê que o volume de crédito bancário crescerá 14,2% este ano, contra previsão anterior de 11,9%, divulgada em junho. A projeção consta do Relatório de **Inflação**, publicação trimestral do BC, divulgado ontem.

O crédito livre deve apresentar expansão de 17,2%. A projeção anterior era 15,2%. O crédito livre é aquele em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Em relação às pessoas físicas (PF), o aumento esperado este ano para o estoque do crédito com recursos livres avançou de 17% para 19%. "Essa revisão incorpora a surpresa com o crescimento observado no segundo trimestre, impactado, entre outros fatores, pelo nível de atividade acima do esperado e pela queda na taxa de desocupação", diz o relatório.

O BC também destacou a "maior expansão das linhas de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), refletindo o efeito do aumento da margem consignável, o que ampliou a capacidade de endividamento desse público".

"As operações de crédito pessoal renegociado e de cartão de crédito rotativo, mais associadas à dificuldade das famílias de quitar os compromissos financeiros, também registraram expansão considerável", acrescentou.

O crédito livre para as empresas deve crescer 15%, ante a previsão anterior de 13%.

A projeção para o crédito direcionado é de crescimento de 9,7%, contra a projeção anterior de 7%. A projeção para pessoas físicas é 13% e jurídicas, 4%.

A primeira previsão para 2023 é de crescimento do volume de crédito de 8,2%. O crédito livre deve apresentar expansão de 9,6%, com crescimento de 10% para pessoas físicas e 9%, para jurídicas. O crédito direcionado deve apresentar expansão de 6%, com aumento de 7% para as famílias e 4% para as

empresas.

Nas contas externas, a projeção foi de superavit de US\$ 4 bilhões para déficit de US\$ 47 bilhões.

**Site:**

**<http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=272&edicao=20242>**

# MP do Auxílio Brasil e consignado prorrogada

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou por mais 60 dias a vigência da MP 1.130/2022, que liberou crédito extraordinário de R\$ 27 bilhões ao Ministério da Cidadania. Os recursos que custeiam o financiamento, até dezembro, do aumento de R\$ 400 para R\$ 600 no valor do Auxílio-Brasil.

O montante também atende ao financiamento, pelo mesmo período, de outros programas sociais incluídos na Emenda Constitucional 123. Com a extensão, os parlamentares terão mais tempo para fazer modificações no texto original por meio de um projeto de lei de conversão.

Pacheco prorrogou por mais 60 dias a MP 1.132/2022, que reajusta de 35% para 40% a margem de crédito consignado para **servidores públicos** federais. Desse percentual, 5% ficam reservados exclusivamente à amortização de despesas ou a saques no cartão de crédito. Antes o limite era de 35%, distribuídos da seguinte forma: 30% para empréstimos desconto em folha e 5% para o cartão de crédito.

As operações contemplam empregados públicos da administração direta, autárquica e fundacional; servidores inativos; Forças Armadas; militares do Distrito Federal e de ex-territórios; pensionistas de servidores e militares das Forças Armadas, do DF e ex-territórios; e militares da inatividade remunerada.

Foi prorrogada por mais 60 dias a MP 1.131/2022, que libera crédito extraordinário de R\$ 10,9 bilhões para transferências a estados e municípios e ações do Ministério do Trabalho e Previdência. A MP financia auxílio de R\$ 1 mil a caminhoneiros e taxistas.

# Promessas populistas? Temos, mas e a Reforma Tributária? (Artigo)

## OPINIÃO PÚBLICA

Kamilla Nunes Jornalista e autora do livro "Peripécias de Vidas entre Atos"

Às vésperas das eleições, o brasileiro não se preocupou em questionar os presidenciáveis sobre a necessidade de uma **Reforma Tributária**. Afinal, o prato predileto da nação se tornou "promessas populistas à brasileira".

Àqueles que criticam a necessidade de uma arrecadação tributária, digo os sonegadores de plantão, a mensagem não pode ser outra: é preciso discutir sobre a função social dos **tributos**. Não há saúde, educação, infraestrutura e segurança pública sem **impostos**.

Financiar e fortalecer a proteção social deveria ser um dos principais propósitos do ser humano e do sistema tributário brasileiro também, o que não acontece, já que este é altamente regressivo. E falando de Brasil, o problema desse país é que tudo sempre acaba no futuro do pretérito do indicativo.

Acostumamos-nos com a ideia de que tudo deve ser resolvido no futuro. É uma história de que "deveria", mas não há esse que honre com suas promessas eleitoreiras.

A contradição desse tempo verbal não persegue somente políticos, nós, os cidadãos, também sofremos do mesmo karma: há mais de 30 anos conjugamos a **Reforma Tributária** no futuro do pretérito do indicativo. Isso porque se houvesse pressão social o cenário seria bem diferente. Nós, eleitores brasileiros, também "deveríamos" ter mais consciência política. Sim, nem o nosso exercício de cidadania escapou do futuro do pretérito.

Equidade, progressividade e capacidade contributiva deveriam ser as principais palavras proferidas pelos presidenciáveis. Ao contrário do que se espera, as eleições de 2022 nos trouxe um "belo prato de polarização", do qual o tempero principal é o ódio disfarçado de "nós respeitamos a democracia".

Ao saborear este prato, vale a reflexão: o seu candidato possui propostas que estão em consonância com os interesses sociais?

A pergunta é retórica, não precisa responder. Reflita em silêncio e lembre-se de que o voto é secreto.

A propósito, o que você sabe sobre **tributos** no Brasil? Há sinais de que eles têm sido injustos e ineficientes, principalmente com o seu bolso. Vale levar a reflexão além: os pobres pagam mais **impostos** que os ricos. Depois dessa afirmação, você se declara individualista ou deseja lutar pela coletividade?

Não responda aqui, mas, sim, nas urnas.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220930&p=1>

# Arrecadação de ICMS cai em agosto com redução de alíquotas e comércio fraco

**Eduardo Cucolo**

As desonerações aprovadas pelo Congresso às vésperas das eleições e a desaceleração da economia derrubaram a arrecadação com ICMS em agosto.

No mês passado, houve recuo de 5% em relação ao mesmo período de 2021, a primeira queda no ano nesse tipo de comparação, de acordo com o Boletim de Arrecadação de **Tributos** Estaduais do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Se for considerada a **inflação** do período, a perda chega a 13%, segundo cálculo do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal).

O ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) é o principal tributo estadual. Responde por mais de 80% da receita tributária. Parte dos recursos é repartida com os municípios. Uma parcela da arrecadação é destinada obrigatoriamente para educação e saúde.

A arrecadação desse tributo no setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes recuou 19% no mês, segunda queda no ano em termos reais (considerando a **inflação**). No setor de energia elétrica, a redução foi de 47% em agosto, terceiro mês seguido de recuo.

Nas telecomunicações, setor que ainda não repassou a desoneração integralmente para os consumidores, a queda real que vinha a uma média de 15% até julho ficou em 27% no mês passado.

Os dados também mostram desaceleração da arrecadação no comércio. Em agosto, houve crescimento nominal de 3% no segmento atacadista e de 1% no varejista. Descontada a **inflação**, a arrecadação do comércio ficou estável em julho e entrou no vermelho em agosto.

Em junho, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei que fixou um teto de 17% ou 18% para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações, itens classificados como essenciais.

O STF (Supremo Tribunal Federal) já havia decidido que os quatro itens (combustíveis, energia, transporte

e telecomunicações) não poderiam ser alvo de uma cobrança mais elevada, mas a Corte previu uma transição até 2024. A antecipação foi aprovada pelo Congresso em meio à ofensiva do governo para ajudar na reeleição do presidente.

A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, mas a Constituição foi alterada para viabilizar essa e outras medidas.

Em alguns estados, o imposto sobre combustíveis chegava a 34%. É o caso do Rio de Janeiro, único que aparece com queda de arrecadação real e também nominal (-0,11%) no acumulado do ano.

De acordo com a secretaria de Fazenda do estado, os impactos da perda de arrecadação do ICMS em agosto e setembro estão sendo analisados, mas o governo local diz ter recursos garantidos para manter suas atividades normalmente, em razão das medidas adotadas para o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal.

Os dados do Confaz, atualizados até a semana passada, mostram que, no acumulado do ano, a arrecadação do ICMS cresce 3% em termos reais, com queda de 1% no setor de energia e alta de 14% nos combustíveis. As receitas tributárias totais aumentaram 4% no período.

Cinco estados estão com crescimento da arrecadação no acumulado do ano abaixo da **inflação**: Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e Roraima.

André Horta, diretor-institucional do Comsefaz, afirma que a melhora na arrecadação do ICMS vista nos últimos anos é artificial, impulsionada por fatores como **inflação** e reajuste de combustíveis promovidos pelo governo federal, e não vai se manter em 2023, o que coloca em risco a prestação de serviços públicos.

A expectativa, segundo ele, é que as medidas sejam revertidas pelo Judiciário ou Legislativo, após as eleições, com a participação dos governadores eleitos. Outros países mexeram temporariamente nesses preços, mas o Brasil fez uma alteração definitiva, afirma.

"Esperamos que, com as coisas retornando para os

trilhos institucionais depois dessas eleições, seja possível reverter essas medidas em qualquer instância, judicial ou legislativa, que seja possível ter uma conversa mais republicana sobre o futuro dos estados", diz Horta.

"Se não for assim, os governadores eleitos vão ter de pensar como irão tocar os estados no próximo ano. Esse superávit para 2022 não é sustentável. Se a decisão for não mexer em nada, vai precisar cortar serviços [para a população]."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**50**

# As vésperas das eleições, parlamentares buscam garantir verbas do orçamento secreto

De olho nas urnas e temendo os efeitos do novo bloqueio anunciado pela equipe econômica, parlamentares se movimentaram nas últimas semanas para acelerar os empenhos das emendas de relator.

Essas verbas ficaram conhecidas como "orçamento secreto" por terem pouca transparência em relação aos critérios de distribuição. Na maioria das vezes, são direcionadas para a base aliada do governo no Congresso Nacional. As emendas são geralmente aplicadas em obras nos redutos eleitorais dos parlamentares.

Dados da consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados apontam que, no mês de setembro, até esta quarta-feira (28), R\$ 520,2 milhões foram empenhados em emendas de relator -valor seis vezes superior ao observado em agosto (R\$ 83 milhões). O aumento na liberação da verba em setembro na comparação com agosto coincide com a reta final do período eleitoral.

O empenho é a primeira fase da execução orçamentária, na qual o governo se compromete a realizar a despesa. Uma vez empenhado, o valor não pode mais ser alvo de bloqueios.

Na última quinta-feira (22), a equipe econômica do governo federal anunciou o quarto bloqueio do ano no Orçamento, no valor de R\$ 2,6 bilhões. O objetivo, segundo os técnicos, é cumprir o teto de gastos, regra constitucional que limita o crescimento das despesas da União à **inflação** do ano anterior.

Esse bloqueio foi feito apenas duas semanas após o governo ter desbloqueado R\$

3.5 bilhões em emendas de relator - por meio de manobras que envolveram um decreto e duas medidas provisórias.

Com esse congelamento mais recente, o valor bloqueado, no Orçamento de 2022, atingiu o total de R\$

10.5 bilhões.

A equipe econômica do governo afirma, no entanto, que o cenário pode ser revertido "em parte". Segundo o secretário especial de Tesouro e Orçamento,

Esteves Colnago, há cerca de R\$ 20 bilhões em despesas discricionárias, ou seja, que não são obrigatórias, que ainda não foram empenhadas e que poderiam ser alvo do novo congelamento. Desse total, R\$ 3,7 bilhões são de emendas de relator.

Ou seja, há uma preocupação dentro do Congresso de que essas verbas possam sofrer novas limitações - por isso a "pressa no empenho". O decreto presidencial, detalhando os alvos desse novo bloqueio, deve ser publicado nesta sexta-feira (30).

Verbas destinadas ao MDR

Segundo o levantamento da consultoria de Orçamento da Câmara, dos R\$ 520,2 milhões empenhados em emendas de relator em setembro, praticamente metade (R\$ 257,6 milhões) foi destinada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A pasta é responsável, por exemplo, por obras em áreas urbanas e projetos de saneamento e abastecimento de água.

Em entrevista recente, o especialista em gastos públicos e economista da associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, afirmou que o MDR é o "paraíso dos políticos", pois trabalha com uma série de ações, como obras de asfaltamento e compra de equipamentos agrícolas, que podem ser executadas no curto prazo e, por isso, geram rápido retorno político.

Emendas de relator no radar do STF

A ministra Rosa Weber, do STF, é relatora de uma ação sobre a legalidade do orçamento secreto. Em novembro do ano passado, a magistrada suspendeu os pagamentos das emendas de relator que, depois, foram retomados seguindo algumas observações para tentar tornar o repasse transparente.

Mas há uma expectativa no Congresso de que Rosa Weber possa levar o orçamento secreto a julgamento nas próximas semanas. A possibilidade do julgamento também contribui para os parlamentares buscarem garantir as verbas o mais rápido possível.

**Site:** <https://agazetadoamapa.com.br/edicao-digital/656/a-gazeta-30-09-2022-em-pdf>

# Corte de juros em junho de 2023 é compatível com objetivo de levar IPCA para meta, diz BC

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (29) que um corte inicial da taxa básica de juros (Selic) em junho de 2023 é compatível com o objetivo de levar a inflação para o redor da meta.

Ao mesmo tempo, ponderou que não é possível quantificar o período em que a taxa será mantida em patamar elevado e que ainda é cedo para a autoridade monetária pensar em queda de juros.

"Na curva do Focus tem um corte em junho [de 2023], usando esse corte, a gente mostra que atinge os objetivos. O mercado chegou a ter curva com corte um pouquinho mais cedo, mas a gente entende que é uma diferença pequena", afirmou Campos Neto na entrevista coletiva de divulgação do relatório trimestral de inflação.

"A gente não comenta abertamente os impactos e como o mercado enxerga a taxa de juros, a gente acha muito cedo para pensar em cortes de juros. Fizemos uma comunicação de acordo na última ata [do Copom]", disse.

A atual projeção de inflação do BC para 2023 é de 4,6%, ante 4% no relatório de junho, já bem acima do centro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 3,25% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo. Segundo o novo relatório, a perspectiva de exceder o limite superior aumentou de cerca de 29% para em torno de 46%.

Para 2024, a autoridade monetária estima IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2,8% -abaixo do objetivo central (3%).

Na última semana, o Copom decidiu manter a taxa básica em 13,75% ao ano, interrompendo o seu mais longo ciclo de aperto monetário. O colegiado do BC disse que avaliaria se a estratégia de manutenção da Selic por período "suficientemente prolongado" seria capaz de assegurar a convergência da inflação.

"Vai depender do decorrer do processo inflacionário, não temos como quantificar o que é suficientemente prolongado. Existem riscos para as projeções, a gente

está vigilante. Dependendo do risco, a gente pode inclusive voltar a subir juros", ressaltou Campos Neto.

Relatório prevê alta de 1% do PIB em 2023

O Banco Central prevê crescimento de 1% para o PIB (Produto Interno Bruto) em 2023, segundo o relatório trimestral de inflação divulgado nesta quinta-feira (29).

Em seu cenário, o BC considerou a esperada influência da desaceleração global e dos impactos cumulativos da política monetária, com a Selic em 13,75% ao ano.

A primeira estimativa da autoridade monetária sobre o crescimento da economia para o próximo ano ficou acima das expectativas do mercado financeiro e abaixo das projeções do governo.

Para 2023, o Ministério da Economia prevê crescimento de 2,5%, enquanto os economistas da iniciativa privada estimam alta de 0,5%, de acordo com o boletim Focus publicado na última segunda (26). A estimativa, que era de 0,37% há um mês, se manteve estável pela segunda semana seguida.

Como mostrou a Folha, esse descolamento das projeções do governo e do mercado sobre o PIB do próximo ano ocorre de forma precoce quando se olha para todo o período do governo Jair Bolsonaro (PL).

Para este ano, o BC revisou novamente a sua projeção para o crescimento do PIB e espera agora um avanço de 2,7%. A última estimativa, divulgada em junho, era de alta de 1,7%.

"A surpresa no crescimento do segundo trimestre, os resultados iniciais do terceiro e estímulos não contemplados no RI anterior -notadamente o aumento do valor do benefício do Auxílio Brasil e o arrefecimento da inflação, resultante, em grande medida, da redução de tributos sobre combustíveis, energia e serviços de comunicação- são os principais fatores para a revisão", disse o BC no documento.

No início do mês de setembro, o Ministério da Economia também elevou a projeção oficial de

crescimento do **PIB** em 2022 para 2,7%.

Quanto à **inflação**, conforme divulgado no **comunicado** da última reunião do Copom, a estimativa do BC para o IPCA é de 5,8% para este ano, ante 8,8% no relatório anterior.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**50**

# Emprego formal cresce acima do esperado

**Fernanda Strickland**

A economia brasileira manteve o ritmo de geração de empregos com carteira assinada, alcançando um saldo positivo de 278.639 postos de trabalho formais em agosto. De acordo com especialistas, mesmo com o resultado sendo menor do que o verificado em agosto de 2021, quando 388.267 vagas foram abertas, o número continua rodando acima da média mensal histórica para o mês.

Os dados do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Novo Caged) mostram que o saldo de criação de empregos formais chegou a 1.853.298 de janeiro a agosto deste ano, e 2.455.662 nos últimos 12 meses. Com isso, o estoque de postos formais de trabalho registrado no Novo Caged é de 42.531.653.

O economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, explicou que os dados vieram acima da expectativa do mercado, de 267 mil vagas. "Apesar de o resultado ter sido 25,4% inferior ao de agosto de 2021, o número ficou acima da média histórica de 170 mil registrada para o mês na série estatística desde 2007", disse.

Todos os setores da economia tiveram desempenho positivo, com destaque para o de serviços, responsável pela abertura de 141.113 vagas. A indústria de transformação, apesar de vir apresentando indicadores fracos de produção, teve o segundo maior crescimento, com a criação de 52.760 postos formais. Também foram positivos os saldos do comércio (41.886), da construção civil (35.156) e da agropecuária (7.724).

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, destacou que agosto foi o terceiro mês em que o setor industrial registrou alta nas contratações. "Isso quer dizer que estamos retomando o movimento da indústria brasileira, e isso é importante porque traz um valor agregado aos nossos produtos e eleva a média da renda dos brasileiros. A indústria, via de regra, requer melhor qualificação e, conseqüentemente, paga maiores salários", afirmou.

No mês passado, o salário médio real de admissão com carteira assinada subiu para R\$ 1.949,84, ante R\$ 1.920,57 em julho. Em agosto de 2021, a remuneração inicial estava em R\$ 1.951,30.

Construção

O setor da construção civil teve o desempenho mais destacado no acumulado do ano, com um crescimento de 10,89% na oferta líquida de vagas. O engenheiro Luciano Machado, sócio da MMF Projetos, contou que, no setor industrial, não só as empresas têm contratado, como a mão de obra especializada tem sido disputada. "Recentemente, trouxemos pessoas e perdemos pessoas para outras empresas que oferecem melhores salários, melhores oportunidades, não só dentro da engenharia, mas também para serviços de campo, que não precisam de um nível técnico tão aprimorado, mas exigem experiência", relatou.

"Muitos projetos foram executados neste ano e as obras têm tudo para acontecer a partir do ano que vem. Então, a infraestrutura é uma área que vai alavancar muito a absorção de mão de obra", afirmou Machado.

Já o secretário do Trabalho e Previdência do Ministério do Trabalho, Mauro de Souza, disse que o saldo positivo de 1,853 milhão de empregos no ano indica estabilidade na geração de vagas, depois do boom ocorrido em 2021, por conta da retomada das contratações após a pandemia do coronavírus. "Sabíamos que não repetiríamos os números de 2021, mas temos agora um cenário estável e positivo", completou.

Para o economista da LCA Consultores Bruno Imaizumi, os números de agosto foram positivos, mas há a possibilidade de perda de fôlego na geração de vagas a partir dos dados de setembro. "A desaceleração deve ficar mais evidente no quarto trimestre, com o impacto dos juros elevados na atividade econômica, e prosseguir em 2023", observou. (Com Agência Estado)

EUA entram em recessão técnica

O Produto Interno Bruto dos Estados Unidos caiu 0,6% no segundo trimestre do ano, após ter recuado 1,6% os primeiros três meses do ano. Com isso, a maior economia do mundo entrou formalmente em recessão técnica - quando a economia tem retração por dois trimestres consecutivos.

A divulgação dos números pelo Departamento do Comércio do governo norte-americano piorou o humor dos investidores nos EUA, que já estava ruim com os seguidos alertas do Fed, o banco central, de que as taxas de juros continuarão subindo até que a **inflação**

mostre sinais de arrefecimento. O Índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, recuou 1,54%, enquanto o S P 500 e o Nasdaq (que engloba ações de empresas de tecnologia) tiveram quedas de 2,11% e de 2,84%, respectivamente.

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou em baixa de 0,73%, aos 107.664 pontos. Já o dólar subiu 0,86%, sendo cotado a R\$ 5,395 no fim do dia.